

Danos

Condições Contratuais

Projeto Nº.
888121867

Allianz Portugal

Allianz Mercadorias

PORTIMAO 13 Junho 2013

JOAO LUIS MARQUES UNIPessoal LDA

Caro(a) Cliente,

Em anexo, temos o prazer de lhe enviar a nossa melhor Cotação, para o contrato de seguro que nos solicitou.

A presente simulação foi efetuada com base nos dados declarados e tendo em consideração as tarifas vigentes à data da sua realização, pelo que, os valores nela apresentados são meramente indicativos e sem qualquer validade contratual.

Caso aceite as condições da Cotação aqui apresentada, a Apólice a emitir terá por base os dados constantes desta simulação, podendo, no entanto, as condições definitivas e os prémios de seguro ficar condicionados à análise de risco, a efetuar pela Allianz Portugal.

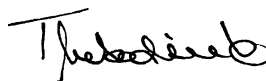
Declaramos ainda que esta simulação tem caráter meramente informativo, pelo que, não constitui documento de apólice, tal como definido pelos Art.ºs 32º a 38º do Decreto-Lei 72/2008, de 16 de Abril.

Na expectativa do seu contacto, ficamos inteiramente ao seu dispor para qualquer esclarecimento que achar conveniente.

Atentamente

JOAO LUIS MARQUES UNIPessoal LDA

Companhia de Seguros Allianz Portugal, S.A.



Allianz 

ÍNDICE

Parte I	3
CONDIÇÕES PARTICULARES	
CAPÍTULO I	
Dados identificativos	3
CAPÍTULO II	
Objeto e Âmbito do Contrato	6
CAPÍTULO III	
Âmbito do Seguro	6
CAPÍTULO IV	
Condições Especiais	6
CAPÍTULO V	
Riscos Excluídos	7
CAPÍTULO VI	
Sinistros	8
Parte II	10
CONDIÇÕES GERAIS	
CAPÍTULO I	
Definições e âmbito territorial e geográfico	10
CAPÍTULO II	
Obrigações da Seguradora	10
CAPÍTULO III	
Valor Seguro	11
CAPÍTULO IV	
Formação do Contrato	11
CAPÍTULO V	
Duração do Contrato	12
CAPÍTULO VI	
Prémios	13
CAPÍTULO VII	
Sinistros	13
CAPÍTULO VIII	
Disposições Diversas	15

Parte I

CONDIÇÕES PARTICULARES

CAPÍTULO I

Dados identificativos

Tomador do seguro	JOAO LUIS MARQUES UNIPessoal LDA R. QTA TROIA ED O PRESIDENTE LJ, n. 36, 0, 0, 0, 0 8500-550 PORTIMAO - 36 NIF 508426804	
Nº Projeto e duração	Nº Projeto: 888121867 Em vigor desde as 00:00 horas de 13/06/2013 até às 24:00 horas de 12/06/2014.	
Mediador	JOAO LUIS MARQUES UNIPessoal LDA 820 1005612 QTA TROIA ED - O PRESIDENTE - LOJA 36 8500-550 PORTIMAO Tel: 282498025 jlmseguros@gmail.com	
Segurado	O Tomador do Seguro	
	RISCO SEGURO	
Modalidade de apólice	Anual por matrícula	
Meio de transporte	Terrestre	
Tomador	Proprietário das Mercadorias (Carregador)	
Mercadoria	EQUIPAMENTO E MAQUINARIA Detalhe da mercadoria segura: estação total e gps em tempo real	
Âmbito geográfico	Portugal	
Veículo	Matrícula:00-LL-00	

Garantias Contratadas e Franquias	Garantias	Franquias
	Institute Cargo Clauses A	Geral: Sem franquia Roubo: Sem franquia
Valores Seguros	Garantia	Limite máximo indemnização
	Institute Cargo Clauses A	45.000 Eur por sinistro

Cláusulas CL. PARA APARELHOS ELÉCTRICOS E/OU PRECISÃO

Fica excluída do âmbito de cobertura conferida por este contrato a falta ou deficiente funcionamento da mercadoria segura por avarias nos seus mecanismos, ligações, filamentos, circuitos e outros, ou por qualquer alteração físico-química, quando não provenham directa e claramente de um risco coberto.

Anexos As presentes condições gerais e particulares do contrato juntamente com o anexo de condições especiais que se entregam neste momento formam parte integrante e inseparável do contrato de seguro subscrito entre as partes.

PROJETO

Prémio Prémio anual da apólice: **337,14€**
(a este montante acresce o valor correspondente aos encargos e encargos legais)

Ref. :	Prémio	337,14€
Período: de 13/06/2013 a 12/06/2014	Encargos	0,00€
Fracionamento de prémio: Anual	Encargos Legais	16,86€
	Total recibo	354,00€

Linhas de Atendimento

A Allianz Portugal dispõe de um Centro de Contacto com Clientes, que funciona de 2ª a 6ª feira entre as 08:30 e as 19:00 horas.

Tem uma equipa vocacionada para o ajudar nas mais diversas situações:

- Informações sobre os seus seguros;
- Informações sobre os produtos Allianz;
- Apoio no preenchimento de formulários;
- Reclamações

Contacte-nos para:

Telefone: 213 108 300
(do estrangeiro) +351 213 108 300
Fax: (+351) 213 165 570
e-mail: info@allianz.pt.

Também nos pode contactar por correio, para:

Rua Andrade Corvo, 32.1069-014 Lisboa
Portugal

Provedor do Cliente:

- Por Correio: Rua Andrade Corvo, 19, 1069 - 014 Lisboa;
- Por e-mail: provedordocliente@allianz.pt;
- Por Telefax: 213 153 240; ou
- Por Telefone: 213 165 301.

COMISSÁRIO DE AVARIAS

Em caso de avaria e/ou sinistro enquadrado nas garantias do presente Contrato, o Tomador do Seguro, o Segurado e/ou seus Representantes, deverão dirigir-se a:

1. SINISCARGA, LDA.

Rua Mário Dionísio, nº 4 C
Moinhos da Funcheira
2700-564 Amadora (Lisboa)
Telefone: 21 492 86 48/49/50
Fax: 21 492 86 51
E-mail: geral@siniscarga.pt
Tlm.: 96 277 53 78 (Sr. Antero Neves)
96 965 31 50 (Sr. Pedro Silva)

2. PERIGEST, LDA.

R. das Colectividades, nº 54, 6º D-F
4430-625 Vila Nova de Gaia
Telefone: 224 834 092
Fax: 224 834 093
E-mail: geral@perigest.pt
Tlm.: 91 985 73 70 (Sr. Botelho Vaz)
Site: www.perigest.pt

CAPÍTULO II

Objeto e Âmbito do Contrato

Artigo 1º Riscos Cobertos pela Seguradora por Solicitação do Tomador do Seguro

A Seguradora garante, até aos limites máximos especificamente indicados para cada garantia na secção **Valores Seguros do Capítulo I das Condições Particulares desta apólice**, a realização das prestações a seguir indicadas para compensar a lesão de interesse seguro no caso de ocorrência de um sinistro.

o risco de roubo estacionando o veículo junto a outros camiões em zonas amplamente iluminadas e adjacentes com estabelecimentos abertos as 24 horas do dia, devendo o condutor, também e em todo o caso, pernoitar no interior do veículo. Não se considerará que o veículo conta com a devida vigilância quando o mesmo permaneça estacionado em polígonos industriais na proximidade de armazéns de entrega de 20:00 as 8:00h de segundas a sábados ou a qualquer hora do dia durante domingos e feriados.

B.2 Variações de temperatura qualquer que seja a sua causa.

1º. 1. INSTITUTE CARGO CLAUSES (A) 1/1/09

A) Interesse seguro

A obrigação de indemnizar o Segurado pelas perdas e/ou danos sofridos pelas mercadorias seguras em consequência dos riscos especificados nas cláusulas anexas "**Institute Cargo Clauses (A)**" com adaptações necessárias ao meio de transporte e **modificadas especificamente como a seguir se indica:**

1. É excluído e fica portanto sem efeito a cláusula 19 "O presente contrato fica submetido à Lei e usos ingleses."

B) Exclusões

Ficam excluídos desta cobertura quaisquer perdas, danos ou gastos em consequência de riscos que não resultem garantidos de acordo com a **Institute Cargo Clauses (A)**, salvo se os mesmos estiverem expressamente incluídos na secção A).

Adicionalmente e em modificação das Institute Cargo Clauses (A), ficam excluídos de cobertura, as perdas, danos ou gastos produzidos em consequência dos seguintes riscos:

B.1 Roubo quando o veículo transportador e/ou sua carga tenham sido deixados sem a devida vigilância nos casos em que o veículo seja propriedade ou está a ser operado pelo Segurado, seus dependentes ou pessoas que trabalhem por sua conta. .

Por "devida vigilância" entende-se:

1. Quando o veículo se encontre completamente fechado e/ou em funcionamento e/ou com todos os dispositivos de fecho, alarme e bloqueio de que disponha ativados.
2. Quando não se encontre em ruas ou zonas solitárias ou mal iluminadas. Adicionalmente e desde as 20:00h até as 8:00h, o veículo deverá permanecer num estacionamento vigiado, garagem ou edifício completamente fechado ou recinto de construção sólida e fechada com chave; em caso de impossibilidade provada de cumprimento do anterior, o Segurado deverá tomar todas as medidas ao seu alcance para evitar

CAPÍTULO III

Âmbito do Seguro

Artigo 2º Âmbito do Seguro

A cobertura concedida pela presente apólice tem a vigência indicada na/s secção/ões de "Duração" das cláusulas do Instituto anexas a esta apólice.

CAPÍTULO IV

Condições Especiais

Artigo 3º Cláusulas Comuns

Apenas enquanto sejam adequadas à mercadoria efetivamente segura pela presente apólice e/ou às condições comerciais de compra e venda da mercadoria, serão de aplicação as seguintes condições,

3. 1. Danos internos

Quando se produzam perdas e/ou danos nos mecanismos ou peças interiores da mercadoria segura, a **obrigação de indemnizar do Segurador surgirá, única e exclusivamente, quando ditas perdas e/ou danos se tenham produzido em consequência de um risco coberto pela presente apólice que tenha deixado vestígios na embalagem e/ou no exterior da mercadoria segura.**

Em todo caso ficaram excluídas todas aquelas perdas e/ou danos cuja causa seja o uso, desgaste e/ou no próprio funcionamento das mercadorias seguras e os que tenham sua origem ou sejam consequência de roturas mecânicas, falhas elétricas e em geral todo dano interno que não seja consequência de um facto accidental e externo.

3. 2. Esfarelamento

Quando se produzam perdas e/ou danos em algum objeto que seja parte de um conjunto, jogo ou coleção, a **indenização** a satisfazer pelo Segurador **ficará limitada exclusivamente ao valor da peça de que se trate, sem que portanto possa reclamar-se indenização alguma por demérito ou esfarelamento nem aceitar-se o abandono ao Segurador.**

3. 3. Reposições

Quando se produzam perdas e/ou danos em alguma parte ou partes de uma máquina, a **indenização** a satisfazer pelo Segurador **ficará limitada exclusivamente ao valor de reposição ou custo de reparação de tal parte ou partes mais os gastos de envio ou montagem se existirem mas excluídos os gastos de aduaneiros a não ser que os mesmos estejam incluídos na sua totalidade no valor seguro, caso em que também sejam objeto de indenização. Em nenhum caso a responsabilidade do Segurador excederá o valor seguro da máquina completa.**

3. 4. Cortes

Quando se produzam danos ou roturas em tubos, cabos ou estruturas similares em consequência de riscos cobertos pela presente apólice, a **indenização** a satisfazer pelo Segurador **ficará limitada exclusivamente aos gastos necessários para a reparação do tubo, cabo ou estrutura similar danificado ou roto mais o valor da longitude do tubo, cabo ou estrutura similar na ocasião da reparação constitua des-perdício, todo ele com o limite do valor seguro.**

3. 5. Etiquetas

Quando se produzam perdas e/ou danos que afetem as etiquetas e/ou embalagens, o montante da **indenização** dos mesmos virá determinado pelo **custo de reposição das etiquetas novas mais o de reetiquetar e reacondicionar as mercadorias, com o limite do valor seguro.**

Aos efeitos anteriores, não se consideraram gastos de reposição e reetiquetagem, os impostos ou taxas de qualquer tipo.

Artigo 4º Excessos de Capital

O máximo total seguro por sinistro poderá ser aumentado na quantia necessária ao Segurado **sempre e quando o Segurador tenha conhecimento do dito aumento com uma antecedência mínima de dois dias úteis ao início da viagem e tenha aceitado expressamente o mesmo com indicação, em caso adequado, do correspondente prêmio adicional.**

Artigo 5º Países e Zonas Geográficas Excluídas

Não obstante o âmbito geográfico autorizado na secção correspondente do Capítulo I das Condições Particulares desta apólice, ficaram **sempre e em todo caso excluídos de cobertura quaisquer perdas e/ou danos**

sofridos pela mercadoria segura durante seu transporte com origem, trânsito ou destino nos países ou zonas geográficas em conflito bélico (declarado ou não) ou sob sanção das Nações Unidas ou da União Europeia.

Esta apólice não proporciona qualquer cobertura ou benefício para qualquer negócio ou atividade, se a cobertura, o benefício, o negócio subjacente, ou a atividade violarem qualquer lei ou regulamento de Sanções da ONU, da União Europeia ou qualquer outra lei ou regulamento que preveja Sanções Económicas ou Comerciais.

CAPÍTULO V

Riscos Excluídos

Artigo 6º Riscos Excluídos

1. Ficam excluídas de cobertura com caráter geral quaisquer perdas, responsabilidades, danos ou gastos diretamente ou indiretamente causados por, relacionados com, ou derivados de:
 1. 1.
 - a) Radiações ionizantes ou contaminação por radioatividade procedentes de combustíveis ou resíduos nucleares ou da combustão dos mesmos.
 - b) Propriedades radioativas, tóxicas, explosivas, perigosas ou contaminantes procedentes de qualquer instalação e/ou reator ou complexo nuclear ou de componentes nucleares dos mesmos.
 - c) Armas de guerra que empreguem a fissão e/ou fissão atômica ou nuclear, ou alguma outra reação similar, força ou matérias radioativas.
 - d) Propriedades radioativas, tóxicas, explosivas, perigosas ou contaminantes de qualquer matéria radioativa. Esta exclusão não se estenderá a isótopos radioativos que não sejam combustível nuclear, quando tais isótopos sejam preparados, transportados, armazenados ou utilizados para fins comerciais, agrícolas, médicos, científicos ou de outra natureza pacífica similar.
 1. 2.
 - a) Qualquer arma química, biológica, bioquímica ou eletromagnética.
 - b) O uso ou operação, com o propósito de infringir danos, de qualquer computador, sistema informático, programa de software, vírus de computador ou processos de qualquer outro sistema eletrónico.
 1. 3. Terrorismo e/ou medidas tomadas para impedir, prevenir, controlar ou reduzir as consequências que derivem de qualquer ato de

terrorismo concreto, ou de seu intento, espera, ameaça, suspeita ou presunção. A estes efeitos se entenderá por terrorismo, qualquer ato cometido por qualquer pessoa ou organização que cause, provoque ou ameace com fazer danos de qualquer natureza e por qualquer meio, ou que atemorize as pessoas em circunstâncias que permitam chegar à conclusão que as intenções das pessoas ou organizações implicadas sejam total ou parcialmente de índole política, religiosa, ideológica ou similar.

1. 4.

- a) Guerra, guerra civil, revolução, rebelião, insurreição o contenda civil que provenha desses factos ou qualquer ato hostil por ou contra um poder beligerante, assim como da captura, apreensão, embargo preventivo, restrição ou detenção, proveniente de ditos riscos, suas consequências ou tentativa.
- b) Minas, torpedos, bombas ou outras armas de guerra abandonadas.

1. 5. Grevistas, trabalhadores afetados por bloqueio, ou pessoas que tomem parte em distúrbios laborais, motins ou desordens civis.

1. 6. A existência, exploração, manipulação, transformação, manufatura, venda, distribuição, armazenamento ou utilização de amianto, produtos de amianto e/ou produtos que contenham amianto.

1. 7. Impedimento, desvios, interrupção ou atrasos no transporte qualquer que seja sua causa assim como quaisquer danos indiretos tais como prejuízos comerciais, diferenças de cambio ou perdas de mercado ou de garantia de origem; salvo indicação expressa em contrário em alguma das garantias concedidas pela presente apólice.

1. 8. Captura, confiscação, rejeição, sequestro ou embargo judicial ou governamental da mercadoria.

1. 9.

- a) Testes com o fim de descobrir, prevenir ou minimizar qualquer "Falha do sistema".
- b) Rectificar, reprogramar, repor, adaptar o modernizar qualquer equipamento de informática defeituoso ou inadequado respeito dos supostos contemplados na definição de "Falha do sistema".
- c) Reparar ou substituir qualquer equipamento de computadores que se tenham avariado ou tenha defeitos de funcionamento como consequência de uma falha do sistema.

Para efeitos desta cláusula, entende-se como:

- i. Falha do sistema: Significa qualquer falha (previsível ou não) ou incapacidade para atribuir, trocar, interpretar, manipular, processar, reconhecer, ordenar corretamente, sem ambiguidades e completamente qual-

quer horário, ano, data ou qualquer código de datas, dados ou informação.

- ii. Equipamento de informática: Compreende qualquer hardware, software, micro-chips, circuitos integrados, micro controladores, sistemas operativos de computadores, programas, código ou dados.

- iii. O sistema: incluiu o equipamento informático e o equipamento elétrico e mecânico ligado ao mesmo.

- 2. Igualmente, ficam excluídas de cobertura com caráter geral qualquer perdas, responsabilidades, danos ou gastos diretamente o indiretamente causados por, relacionados com, ou derivados de:

- 2. 1. Excesso de peso ou volume da mercadoria sobre os limites legalmente estabelecidos ou autorizados pela Autoridade competente sem quem segura as mercadorias é em si o proprietário ou operador do meio de transporte ou veículo transportador.

- 2. 2. Infidelidade, má fé ou negligência grave do Segurado, seus empregados ou pessoal dependente.

- 2. 3. Falta do obrigatório Certificado de Inspeção Técnica de Veículos (só aplicável a transportes terrestres por estrada) sempre e quando dita circunstancia tenha sido relevante ou tenha influído de algum modo na ocorrência do sinistro e na produção dos danos.

- 2. 4. Infração das prescrições de expedição, importação, trânsito ou sanitárias, violação de bloqueio, contrabando, comércio ilícito e atividade ou tráficos proibidos, clandestinos ou ilegais.

- 2. 5. Viagens de retorno à origem ou a qualquer outro ponto devidos à recusa ou incapacidade para receber a mercadoria por parte do Segurado e/ou os recetores.

- 2. 6. Uso e desgaste natural das mercadorias tais como atrito, riscos, amolgadelas, rachaduras, destacamento de partes presas, etc.

CAPÍTULO VI

Sinistros

- 1. Dever de proteção de eventuais direitos frente a terceiros responsáveis

O Tomador do seguro e o Segurado deverão adotar quantas medidas resultem necessárias a fim de preservar a integridade e vigência de quantos direitos e ações lhe correspondam frente a carregadores efetivos, depositários e quaisquer outros

terceiros, por quanto esses direitos, salvo pacto expresso em contrário contendo ao efeito nas Condições Particulares, se transferirão ao Segurador uma vez paga a indenização que corresponda.

O Tomador do seguro e o Segurado serão responsáveis pelos prejuízos que com seus atos ou omissões, possam causar ao Segurador em seu direito de subrogar-se.

2. Documentação a fornecer em caso de sinistro

- a) Qualquer outra documentação ou informação que o Segurador precise para esclarecer, resolver e organizar o sinistro e/ou preservar os direitos das partes.

Artigo 7º Análise dos danos, determinação e pagamento da indenização

A) Análise dos danos

A.1 Se considerará que constitui um único sinistro o

conjunto de danos que tenham sua causa numa mesma causa essencial comum, com independência de que se produzam em lugares ou momentos distintos e do número de prejudicados, considerando-se, por tanto, que todos os danos e prejuízos devidos à mesma causam se tenham produzido no momento cronológico em que ocorreu o primeiro deles.

Nos sinistros de perdas e/ou danos as mercadorias seguras e salvo pacto expresso em contrário, a obrigação de indenizar o Segurado, avaliar-se-á conforme o valor factura da mercadoria o qual se determinará, no caso das compras a partir do preço de compra, e no das vendas a partir do preço de venda ao que se poderá somar o frete, o custo do seguro e demais gastos inerentes ao transporte, direitos de aduaneiros e demais impostos que se tenham durante a viagem assim como um benefício antecipado até 15%.

Quando a mercadoria segura não seja nova e salvo pacto expresso em contrário, a obrigação de indenizar o Segurado avaliar-se-á conforme o valor real da mercadoria segura no momento imediatamente anterior à ocorrência do sinistro (valor venal).

Parte II

CONDIÇÕES GERAIS

A Companhia de Seguros Allianz Portugal, SA, e o Tomador de Seguro mencionado nas Condições Particulares, estabelecem entre si o presente Contrato que se regula por estas Condições Gerais, pelas Condições ou Clausulas Especiais aplicáveis e pelas Condições Particulares desta Apólice, de harmonia com as declarações constantes da Proposta e demais informações complementares que lhe serviram de base e que dela fazem parte integrante.

A Allianz Portugal garante ao Tomador de Seguro e demais partes contratantes que o presente contrato obedece a todos os princípios, direitos e obrigações legais, decorrentes da legislação aplicável aos Contratos de Seguro, mesmo que tal não decorra expressamente do descrito nesta Apólice.

CAPÍTULO I

Definições e âmbito territorial e geográfico

Artigo 1º Definições

Para efeitos do presente Contrato, considera-se:

1. **Seguradora:** A entidade legalmente autorizada a exercer a atividade Seguradora, designada, abreviadamente, por Allianz Portugal, e que subscreve, com o Tomador de Seguro o presente contrato.
2. **Tomador de Seguro:** A pessoa singular ou coletiva que subscreve o presente contrato sendo responsável pelo pagamento dos prémios.
3. **Segurado:** A pessoa singular ou coletiva identificada nas Condições Particulares, que pode coincidir ou não com o Tomador de Seguro, no interesse do qual o presente contrato é celebrado.
4. **Expedidor:** A pessoa singular ou coletiva que entrega as mercadorias ao transportador e consta como tal na declaração de expedição ou guia de transporte.
5. **Transportador:** Pessoa singular ou coletiva legalmente autorizada para o transporte público ou por conta de outrem de mercadorias.
6. **Destinatário:** Pessoa singular ou coletiva a quem as mercadorias transportadas são dirigidas e devem ser entregues.
7. **Subcontratantes, Transportadores Sucessivos:** Pessoas singulares ou coletivas com quem o Tomador de Seguro/Segurado contrata o transporte sucessivo das mercadorias que lhe são confiadas para esse efeito ou a quem incumbe de completar esse transporte.
8. **Veículo:** Automóveis ligeiros, pesados, articulados ou não, reboques e/ou semirreboques e tratores, adequados ao transporte rodoviário de mercadorias. Para efeitos deste contrato a palavra "veículo"

inclui "contentores".

9. **Sinistro:** Qualquer acontecimento de caráter fortuito, súbito e imprevisto suscetível de fazer funcionar as garantias do contrato. Considera-se que constitui apenas um e único sinistro o conjunto ou série de danos derivados do mesmo acontecimento.
10. **Franquia:** Quantia a cargo do Segurado em caso de sinistro, em montante estipulado nas Condições Particulares da Apólice.
11. **Apólice:** Documento que titula o contrato celebrado entre o Tomador do Seguro e a Allianz Portugal, no qual constam as respetivas condições gerais, especiais e particulares acordadas.
12. **Ata Adicional:** Documento que titula a alteração de uma apólice.
13. **Prémio:** Contrapartida da cobertura acordada e inclui tudo o que seja contratualmente devido pelo Tomador do Seguro, nomeadamente os custos de cobertura do risco, os custos de aquisição, de gestão ou de cobrança e os encargos relacionados com a emissão da Apólice.
14. **Prémio Total:** Valor do Prémio acrescido dos encargos fiscais e parafiscais a suportar pelo Tomador de Seguro.
15. **Suplementos:** modificações ou aclarações feitas de acordo com o Tomador do Seguro, alterando as Condições iniciais quantas vezes seja necessário.

Artigo 2º Âmbito Temporal

1. **A vigência deste seguro circunscreve-se às responsabilidades objeto deste contrato derivadas de expedições cujo contrato de transporte seja efetuado dentro do período de vigência do presente seguro.**
2. **A cobertura inicia-se no momento em que as mercadorias a transportar sejam recebidas pelo Tomador do Seguro ou Segurado e termina com a entrega das mesmas no lugar de destino designado no contrato de transporte. Excluem-se as fases de manuseamento, carga e/ou descarga realizadas pelo expedidor, destinatário e/ou aqueles que atuem por conta de um ou outro.**

Artigo 3º Âmbito Geográfico

O presente contrato garante os transportes realizados no âmbito geográfico definido nas Condições Particulares da Apólice.

CAPÍTULO II

Obrigações da Seguradora

Artigo 4º Obrigações da Seguradora

A Allianz Portugal obriga-se, em caso de sinistro abrangido pelas garantias do presente Contrato, a realizar as prestações inerentes à responsabilidade que assume nos termos do Capítulo I.

CAPÍTULO III**Valor Seguro****Artigo 5º Valor Seguro**

1. Os valores seguros para cada cobertura serão os contratados entre o Tomador de Seguro e a Allianz Portugal e ficarão expressamente indicados nas Condições Particulares da Apólice.
2. A determinação do valor seguro é sempre da responsabilidade do Tomador do Seguro.

CAPÍTULO IV**Formação do Contrato****Artigo 6º Formação do Contrato**

1. Servem de base ao contrato as declarações prestadas pelo Tomador de Seguro e pelo Segurado, quando não coincidam na mesma pessoa, na Proposta de seguro.
2. O Contrato considera-se aceite, em condições normais, sempre que decorridos 14 dias após a receção da respetiva proposta de seguro, sem que a Seguradora tenha notificado o Tomador de Seguro das condições específicas de aceitação ou da recusa, ou da necessidade de recolher elementos adicionais que considere essenciais à avaliação do risco;
3. Para efeitos do disposto na alínea anterior, têm-se como rececionadas pela Allianz Portugal, as propostas que, comprovadamente, tenham dado entrada na sua Sede Social ou numa das suas Delegações ou Escritórios Comerciais;
4. O disposto nas alíneas anteriores é igualmente aplicável às circunstâncias cuja menção não seja solicitada em questionário fornecido pela Allianz Portugal para o efeito.

Artigo 7º Nulidade do Contrato

1. Sem prejuízo de outras causas previstas na Lei em vigor, o contrato de seguro é nulo:
 - a) Se não tiver um interesse digno de proteção legal relativamente ao risco coberto;
 - b) Se, aquando da sua celebração, a Seguradora, o Tomador do seguro ou o Segurado tiver conhecimento de que o risco cessou.

2. No caso previsto na alínea b) do número anterior:

- a) O Tomador do seguro tem direito à devolução do prémio pago, deduzido das despesas necessárias à celebração do contrato suportadas pelo segurador de boa-fé.
- b) Em caso de má-fé do Tomador de Seguro, a Seguradora de boa-fé tem direito a reter o prémio pago. Presume-se a má fé do Tomador do Seguro, se este (ou o Segurado, sendo distintos), tiver conhecimento, aquando da celebração do contrato de seguro, de que ocorreu o sinistro.

Artigo 8º Modificação do Risco

1. O Tomador de Seguro e/ou Segurado obrigam-se a participar à Allianz Portugal quaisquer factos ou circunstâncias que alterem as condições do risco seguro, por correio registado ou por qualquer outro meio do qual fique registo escrito e no prazo de 8 dias a contar da data em que deles tenham conhecimento.

A Allianz Portugal tem o prazo de 30 dias para decidir se vai aceitar ou não a modificação produzida no risco e alterar o prémio estipulado em consequência dessa modificação. Aceitando a Allianz Portugal a alteração comunicada, assim o fará constar em ata adicional à Apólice. Se a Allianz Portugal não aceitar ou se o Tomador de Seguro não concordar com o agravamento do prémio proposto, o contrato será resolvido, devendo o Tomador de Seguro ser disso avisado com uma antecedência de 8 dias e ficando com direito a devolução do prémio relativo ao tempo não decorrido.

2. No caso de falta de comunicação do Tomador de Seguro e/ou Segurado no prazo marcado ou da inexistência das declarações por eles prestadas, o seguro produzirá efeitos mas, em caso de sinistro, a indemnização final reduzir-se-á proporcionalmente à diferença entre o prémio cobrado pela Allianz Portugal e aquele que cobraria para o risco agravado.
3. Se, no caso previsto no número anterior, do Tomador de Seguro e/ou do Segurado ou se as suas omissões ou falsas declarações pudessem ter influído na manutenção do contrato, este considerar-se-á automaticamente resolvido, com efeitos, respetivamente, na data em que a comunicação deveria ter sido feita à Allianz Portugal ou naquela em que as falsas declarações foram prestadas.
4. Se, no caso previsto no número anterior, existir Dolo do Tomador de Seguro ou do Segurado, ou se as suas omissões ou falsas declarações pudessem ter influído na manutenção do contrato, considerar-se-á Justa Causa para a Resolução do contrato, com efeitos, respetivamente, na data em que a comunicação deveria ter sido feita à Allianz Portugal ou naquela em que as falsas declarações foram prestadas.

Artigo 9º Transmissão de Direitos

1. No caso de venda ou transmissão de propriedade dos bens seguros, ou do interesse do Segurado nos mesmos, é indispensável para que a Allianz Portugal fique obrigada para com o novo proprietário ou interessado, que essa transferência lhe seja previamente comunicada pelo Tomador de Seguro, pelo Segurado ou pelos seus legais representantes e que a Allianz Portugal concorde com a manutenção do contrato e emita a correspondente ata adicional.
2. Se a transmissão da propriedade dos bens se verificar por falecimento do Segurado, a responsabilidade da Allianz Portugal subsistirá para com os herdeiros enquanto estes pagarem os respetivos prémios.
3. **No caso de falência ou insolvência do Segurado, a responsabilidade da Allianz Portugal subsistirá para com a massa falida, nas mesmas condições, pelo prazo de 60 dias. Decorrido este prazo o seguro cessará os seus efeitos, salvo se a Allianz Portugal em ata adicional ao contrato, tiver admitido o respetivo averbamento.**

CAPÍTULO V

Duração do Contrato

Artigo 10º Início e Duração do Contrato

1. O presente contrato considera-se celebrado pelo período de tempo estabelecido nas Condições Particulares desta Apólice e, desde que o prémio ou fração inicial seja previamente pago, produz os seus efeitos a partir das zero horas do dia imediato ao da aceitação da proposta pela Seguradora, salvo se, por acordo das partes, for aceite outra data para o início da cobertura, a qual não pode, todavia, ser anterior à da receção da proposta entendida de acordo com o estabelecido na alínea 3) do Artigo 6º deste contrato.
2. O Contrato termina às vinte e quatro horas do dia previsto como termo do mesmo nas Condições Particulares desta Apólice ou, sendo anual renovável, a data de renovação será a indicada igualmente nas Condições Particulares.
3. Sendo o Contrato anual renovável, o Contrato será automática e anualmente renovado por períodos de um ano, salvo denúncia por qualquer das partes, feita nos termos da alínea 2) do artigo seguinte ou anulação por falta de pagamento do Prémio ou de qualquer das frações.
4. Não obstante o estabelecido acima, a responsabilidade da Allianz Portugal relativamente ao transporte por via marítima, começa no momento em que os objetos são carregados no navio destinado a transportá-los e termina no porto de destino declarado nas Condições Particulares;
5. Relativamente ao transporte por outras vias, a responsabilidade da Allianz Portugal começa no momento em que os objetos são carregados no meio de transporte, na localidade indicada nas Condições Particulares para o início do trânsito, até que sejam entregues ao destinatário ou quem o representar na localidade de destino declarada nas Condições Particulares.
6. Mediante o pagamento de um prémio adicional, o contrato de seguro mantém-se em vigor em caso de demora no início ou na realização normal da viagem e ainda, no caso de desvio de rota e transbordos não previstos, desde que tais factos ocorram fora do controlo do Tomador de Seguro e/ou Segurado, a quem compete dar conhecimento dos mesmos à Allianz Portugal, logo que deles tome conhecimento.

Artigo 11º Cessação do Contrato

Nos termos legais, o presente Contrato pode cessar nos seguintes casos:

- Por Caducidade; ou
 - Por Denúncia; ou
 - Por Resolução; ou
 - Por Revogação.
1. A Caducidade verifica-se quando se verifique a extinção da obrigação caucionada e/ou a extinção da obrigação de caucionar. Nestes casos, o Tomador de Seguro terá direito à devolução do prémio correspondente ao período de tempo não decorrido.
 2. Desde que respeitando os limites previstos na lei, a Denúncia corresponde à vontade de qualquer das partes de não prorrogar o Contrato celebrado por termo determinado e com prorrogação automática e efetua-se nas seguintes condições:
 - a) Mediante comunicação prévia e escrita, dirigida à outra parte, através qualquer outro meio do qual fique registo duradouro, com uma antecedência mínima de 30 dias em relação à data de vencimento anual do contrato.
 - b) Com a denúncia, consideram-se extintas, a partir da data em que a mesma produza efeitos, todas as coberturas estabelecidas para o Segurado, salvaguardando-se os direitos eventualmente adquiridos até essa data pelo mesmo.
 3. A Resolução pode ocorrer, a todo o momento, nos seguintes casos:
 - a) Por iniciativa da Allianz Portugal, se invocar Justa Causa, determinada nos termos legais e desde que o comunique por escrito ao Tomador de Seguro, por qualquer meio do qual fique registo duradouro.
 - b) Por iniciativa do Tomador de Seguro, havendo Justa Causa, determinada nos termos gerais e desde que o comunique por escrito à Allianz Portugal, por qualquer meio do qual fique registo duradouro.
 - c) Por iniciativa do Tomador de Seguro, se for pessoa singular, sem necessidade de invocar justa causa, nos 30 dias imediatos à data da receção da apólice, desde que o comunique à Seguradora por escrito, em suporte de papel ou outro meio duradouro disponível e acessível ao segurador.
 4. A livre resolução, referida na alínea c) do número anterior, tem efeito retroativo, podendo a Seguradora ter direito às seguintes prestações:
 - a) Ao valor do prémio calculado "pro rata temporis",

- na medida em que tenha suportado o risco até à resolução do contrato;
- b) Ao montante das despesas razoáveis que tenha efetuado com exames médicos, sempre que esse valor seja imputado contratualmente ao Tomador do seguro;
 - c) Aos custos de desinvestimento que comprovadamente tenha suportado.
5. A Revogação ocorrerá se o Tomador de Seguro e a Seguradora, a todo o tempo e por comum acordo, determinarem a cessação do contrato. Se o Tomador de Seguro não coincidir com o Segurado, a Revogação depende do consentimento deste.
- a) Um prêmio de anuidade;
 - b) Um prêmio de acerto ou parte de um prêmio de montante variável;
 - c) Um prêmio adicional resultante de uma modificação do contrato fundada num agravamento superveniente do risco.
4. O não pagamento, até à data do vencimento, de um prêmio adicional resultante de uma modificação contratual determina a ineficácia da alteração, subsistindo o contrato com o âmbito e nas condições que vigoravam antes da pretendida modificação, a menos que a subsistência do contrato se revele impossível, caso em que se considera resolvido na data do vencimento do prêmio não pago.

CAPÍTULO VI

Prêmios

Artigo 12º Pagamento do Prémio

1. O prêmio inicial, ou a primeira fração deste, é devido na data da celebração do contrato.
2. As frações seguintes do prêmio inicial, o prêmio de anuidades subsequentes e as sucessivas frações deste são devidos nas datas estabelecidas no contrato.
3. A parte do prêmio de montante variável relativa a acerto do valor e, quando seja o caso, a parte do prêmio correspondente a alterações ao contrato são devidas nas datas indicadas nos respetivos avisos.
4. O prêmio de seguro só pode ser pago em numerário, por cheque bancário, transferência bancária ou vale postal, cartão de crédito ou de débito ou outro meio eletrónico de pagamento.
5. O pagamento do prêmio por cheque fica subordinado à condição da sua boa cobrança e, verificada esta, considera -se feito na data da receção daquele.
6. O pagamento por débito em conta fica subordinado à condição da não anulação posterior do débito por retratação do autor do pagamento no quadro de legislação especial que a permita.
7. A falta de cobrança do cheque ou a anulação do débito equivale à falta de pagamento do prêmio, sem prejuízo da mora do Segurador na percepção do prêmio.

Artigo 13º Falta de pagamento do Prémio

1. A falta de pagamento do prêmio inicial, ou da primeira fração deste, na data do vencimento, determina a resolução automática do contrato a partir da data da sua celebração.
2. A falta de pagamento do prêmio de anuidades subsequentes, ou da primeira fração deste, na data do vencimento, impede a prorrogação do contrato.
3. A falta de pagamento determina a resolução automática do contrato na data do vencimento de:
 - a) Uma fração do prêmio no decurso de uma

CAPÍTULO VII

Sinistros

Artigo 14º Procedimentos em Caso de Sinistro

1. Em caso de sinistro coberto pelo presente contrato, o Tomador do Seguro e/ou Segurado devem, sob pena de responderem por perdas e danos:
 - a) A comunicar à Seguradora, no prazo de 24 horas a contar do momento em que tenha tido ou se presuma que teve conhecimento de qualquer ato ou facto de que possa eventualmente resultar responsabilidade garantida por esta Apólice e a participá-lo, por escrito e de forma circunstanciada, no prazo máximo de 5 dias;
 - b) A efetuar de imediato a participação às autoridades policiais em caso de roubo, acidente ou incêndio.
 - c) A reclamar de imediato às autoridades responsáveis pelo parque, quando o veículo estiver parqueado em parque vigiado, no caso de roubo ou incêndio.
 - d) Através do motorista e seu acompanhante (quando for o caso), a efetuar no mais curto espaço de tempo e até ao termo da viagem, um relatório pormenorizado da ocorrência, onde mencionem as causas, extensão, tipo de perda ou dano e estimativa de prejuízos.
 - e) Sempre que possível, responsabilizar terceiros causadores da perda ou dano e obter testemunhas da ocorrência.
2. O Segurado não poderá também, sob pena de responder por perdas e danos:
 - a) Abonar extrajudicialmente a indemnização reclamada sem autorização escrita da Seguradora, formular ofertas, tomar compromissos ou praticar algum ato tendente a reconhecer a sua responsabilidade, a fixar a natureza e valor da indemnização ou que, de qualquer forma, estabeleça ou signifique a sua responsabilidade;
 - b) Adiantar dinheiro, por conta, em nome ou sob a responsabilidade da Seguradora, sem expressa autorização desta;

- c) Dar ocasião, por omissão ou negligência, a sentença favorável a terceiro, ou quando não der conhecimento imediato à Seguradora de qualquer procedimento judicial intentado contra ele por motivo de sinistro a coberto do contrato.
- d) O Segurado, sob pena de responder por perdas e danos, obriga-se ainda a conceder à Seguradora o direito de orientar e resolver os processos resultantes de sinistros cobertos pelo contrato, outorgando por procuração bastante, os necessários poderes, bem como fornecendo e facilitando todos os documentos, testemunhas e outras provas e elementos ao seu alcance.

Artigo 15º Participação do Sinistro

1. O Tomador do Seguro ou Segurado deverão, em qualquer caso, comunicar à Seguradora a ocorrência do sinistro dentro do prazo máximo de 5 dias, após ter tido conhecimento do mesmo.
2. O incumprimento deste dever dará a faculdade à Seguradora de recusar os danos e prejuízos ocorridos. Esta faculdade não terá efeito se for provado que a Seguradora tinha tido conhecimento por outros meios.
3. No menor prazo possível e no máximo de 5 dias, o Tomador deverá comunicar, por escrito, à Seguradora a relação de objetos existentes no momento do sinistro, a dos salvados e a estimativa dos danos.
4. Em caso de roubo parcial e/ou total, o Segurado deverá denunciá-lo à Autoridade competente, dentro das 2 horas seguintes à que teve conhecimento e remeter à Seguradora dentro das 24 horas seguintes, por correio registado, a participação de sinistro e a relação detalhada dos objetos desaparecidos com os respetivos valores unitários, assim como o documento comprovativo da denúncia efetuada.
5. Compete ao Tomador de Seguro, e/ou, em seu lugar, ao terceiro prejudicado, que reclame ao Segurado, a prova da preexistência dos objetos. O Tomador de Seguro e o Segurado, nesse caso, obrigam-se a facilitar a entrada nas suas instalações à Seguradora e aos peritos que intervenham por conta desta, para comprovar o que for preciso, com vista a certificar a preexistência, assim como as causas do sinistro e a dimensão dos danos.

Artigo 16º Dever de Informação

1. Uma vez ocorrido o sinistro, o Tomador e/ou Segurado deverá facilitar à Seguradora todo o tipo de informação e/ou documentação sobre as circunstâncias e causas do sinistro. O incumprimento deste dever poderá colocar em causa o direito à indemnização.
2. A título meramente descritivo e sem carácter limitativo, este dever de informação inclui:
 - a) A participação da denúncia ou declaração perante

te a Autoridade competente no local da ocorrência, quando efetuada e especialmente em caso de roubo.

- b) Reencaminhar à Seguradora, com a devida celeridade, todos os avisos, citações, requerimentos, notificações, convocatórias e, em geral, todos os documentos judiciais ou extrajudiciais que, devido a um dano do qual possa resultar responsabilidade garantida pelo contrato, remeta ou lhe sejam remetidos a si ou ao causador do mesmo.

Artigo 17º Documentação a enviar em caso de sinistro

1. Em caso de sinistro, deverá ser enviada à Seguradora a seguinte documentação:
 - a) Reclamação de quem tenha direito sobre a mercadoria nos termos, prazos e formas legais;
 - b) Cópia original da guia de transporte ou declaração de expedição "CMR" destinada ao "Transportador";
 - c) Cópia do manifesto TIR e/ou lista de carga;
 - d) Factura comercial ou documentação comprovativa do valor da mercadoria na origem;
 - e) Lista de embalagem da mercadoria sinistrada ou documento comprovativo da quantidade de volumes e pesos brutos;
 - f) Certificado de Avarias ou peritagem das mercadorias, realizado pelo comissário de avarias, indicado nas Condições Particulares da Apólice, ou eventualmente outros peritos quando autorizados previamente pela Seguradora;
 - g) Quando efetuada, cópia da participação de denúncia à Autoridade competente;
 - h) Relatório do motorista descrevendo todo o percurso da viagem e acontecimentos, as causas que motivaram o sinistro, as perdas e danos que a mercadoria sofreu, tipo de mercadoria afetada e estima de prejuízos.
2. Nos casos em que a realização de um transporte, contratado com o Tomador de Seguro, tiver sido, por sua vez, subcontratado por este a outro transportador, sendo este o responsável dos danos, deverão apresentar, além dos documentos descritos no parágrafo anterior, os seguintes:
 - a) Documento que certifique a realização das correspondentes reservas e reclamação formal e dentro dos prazos legalmente previstos.
 - b) Informação sobre eventuais seguros contratados pelo responsável ao qual se foi subcontratado o transporte.
 - c) Factura do frete passada pelo subcontratado ao Tomador de Seguro.
3. Além dos documentos referidos nos dois números anteriores, a Seguradora pode exigir outros necessários à regulação da reclamação e estabelecimento do montante da indemnização.

Artigo 18º Minimização de Prejuízos

1. O Tomador do Seguro/Segurado deverá colocar em prática todos os meios ao seu alcance para minimizar as consequências do sinistro.

2. Os gastos que sejam motivados pelo cumprimento desta obrigação, sempre que não sejam inoportunos ou desproporcionados e ainda que não tenham dado resultado efetivo ou positivo, serão por conta da Seguradora, até ao limite fixado no nº 3, do Artigo 3º destas Condições Gerais.
 3. Quando em virtude do contrato, só deva indemnizar-se uma parte do dano causado pelo sinistro, os gastos de salvamento serão reembolsados proporcionalmente, salvo se os trabalhos de salvamento se tenham efetuado segundo as instruções da Seguradora, em cujo caso assumirá a totalidade dos mesmos.
 4. O Tomador de Seguro /Segurado têm o dever de conservar os restos e vestígios do sinistro, até que se finalize a liquidação do mesmo, salvo impossibilidade de material justificada. No entanto, é entendido que, os gastos derivados desta conservação não darão lugar a qualquer indemnização.
 5. O Tomador de Seguro /Segurado deverá ainda cuidar para que não se produzam novos ou maiores estragos ou desaparecimentos, que, em qualquer caso, seriam a seu cargo. Salvo acordo em contrário, não poderá fazer abandono total ou parcial da mercadoria transportada.
 6. Se depois de fixada a indemnização, se obtiverem resgates ou recuperações dos objetos denunciados como roubados, o Segurado é obrigado a efetuar todas as ações legais pertinentes e dar conhecimento delas à Seguradora, a qual tomará a decisão que entender.
- Avárias designado na presente Apólice.
3. A Seguradora pagará os honorários que sejam devidos pela intervenção do Comissário de Avárias designado nas Condições Particulares desta Apólice.

Artigo 21º Redução automática do capital seguro

Após a ocorrência de um sinistro, o capital seguro ficará, até ao vencimento do contrato, automaticamente reduzido do montante correspondente ao valor da indemnização atribuída, sem que haja lugar a estorno de prémio.

Artigo 22º Salvados

1. O valor dos salvados será sempre deduzido ao montante da indemnização.
2. A Seguradora tem direito a exigir que o valor dos salvados seja determinado pela sua venda em hasta pública, mesmo que os objetos em estado de avaria tenham sido avaliados com o seu consentimento.

A venda em hasta pública será efetuada extrajudicialmente, com observância, naquilo que puder ser aplicável, dos critérios seguidos na venda judicial.

3. Após o pagamento do sinistro pela totalidade do valor dos objetos danificados, a Seguradora, se assim o desejar, ficará com a propriedade dos salvados.

Artigo 19º Sub-Rogação

1. O Tomador de Seguro /Segurado, deverá adotar as medidas que sejam necessárias, de modo a preservar a integridade e vigência de quantos direitos e ações lhe correspondam perante transportadores, depositários e quaisquer outros terceiros, de forma a que esses direitos se transferiram para a Seguradora, uma vez paga a correspondente indemnização.
2. A Seguradora, uma vez paga a indemnização, fica sub-rogada até à concorrência da quantia indemnizada, em todos os direitos, ações e recursos do Segurado contra os terceiros responsáveis pelo sinistro, obrigando-se o Segurado a praticar o que for necessário para efetivar esses direitos.
3. O Tomador de Seguro e o Segurado responderão por perdas e danos por qualquer ato ou omissão voluntária que possa impedir ou prejudicar o exercício desses direitos.

Artigo 20º Peritagem

1. Caso o Segurado estime que um sinistro não excederá 250,00 Euros, depois de deduzida a franquia, não será necessária a intervenção do Comissário de Avárias designado nas Condições Particulares desta apólice, sendo este valor o limite máximo indemnizável nesta circunstância.
2. Naqueles casos em que se estime que o sinistro excederá o valor indicado no número anterior, será necessário requerer a intervenção do Comissário de

CAPÍTULO VIII

Disposições Diversas

Artigo 23º Coexistência de Contratos

1. O Tomador de Seguro ou o Segurado ficam obrigados a participar à Allianz Portugal, sob pena de responderem por perdas e danos, a existência de outros seguros garantindo o mesmo risco.
2. Existindo, à data do sinistro, mais de um contrato de seguro com o mesmo objeto e garantia, o presente Contrato apenas funcionará em caso de nulidade, ineficácia ou insuficiência de seguros anteriores.

Artigo 24º Comunicações e Notificações Entre as Partes

1. As comunicações ou notificações que cada uma das partes faça à outra, no âmbito do presente contrato, só se consideram de plena eficácia desde que efetivadas por escrito, ou por qualquer meio de que fique registo duradouro.
2. A Allianz Portugal só está obrigada a enviar as comunicações previstas no presente regime se o destinatário das mesmas estiver devidamente identificado no contrato, considerando-se validamente efetuadas se remetidas para o respetivo endereço constante da apólice.

Artigo 25º Legislação Aplicável e Interpretação

1. A lei aplicável a este contrato é a lei portuguesa.
2. Em caso de dúvida na interpretação de qualquer disposição desta Apólice, prevalece o sentido mais favorável ao Tomador de Seguro ou ao Segurado.

Artigo 26º Arbitragem

As divergências que possam surgir em relação à aplicação deste contrato de seguro podem ser resolvidas por meio de arbitragem, nos termos da lei em vigor.

Artigo 27º Reclamações

1. Qualquer reclamação, pode ser apresentada por correio, por meio eletrónico, ou telefonicamente, para o nosso Centro de Contacto com Clientes (através dos contactos referidos nas Condições Particulares).
2. Também pode recorrer ao Provedor do Cliente Allianz (através dos contactos referidos nas Condições Particulares), após 20 dias sem que tenha recebido resposta à reclamação apresentada, ou caso discorde da mesma (este prazo será prolongado para 30 dias nos casos de especial complexidade). O Provedor do Cliente, é um órgão

independente com o objetivo de analisar as reclamações dos Clientes e de dar conselhos/pareceres de forma imparcial.

3. Sem prejuízo do recurso aos Tribunais, o Tomador do Seguro, os Segurados e os Beneficiários também poderão solicitar a intervenção do Instituto de Seguros de Portugal - Autoridade de Supervisão da Atividade Seguradora -, quando tenham alguma reclamação a apresentar, relativamente ao Contrato

Artigo 28º Sigilo e Proteção dos Dados Pessoais

A Allianz Portugal, através dos seus representantes, funcionários, agentes ou colaboradores, garante o rigoroso cumprimento da Lei de Proteção dos Dados Pessoais e guarda segredo de todas as informações de que tenha tomado conhecimento no âmbito da celebração ou da execução de um contrato de seguro, ainda que o contrato não se tenha celebrado, seja inválido ou tenha cessado.

Artigo 29º Foro

O foro competente para dirimir qualquer litígio emergente deste contrato é o determinado nos termos legais.

Artigo 30º Prescrição de Ações

As ações para exigir direitos derivados do presente contrato prescrevem de acordo com a lei Geral.

Nota Importante: A presente simulação foi efetuada com base nos dados indicados pelo Cliente JOAO LUIS MARQUES UNIPessoal LDA

Elaborado em PORTIMAO a 13 Junho 2013

PROJETO

PROJETO

PROJETO

O seu mediador de seguros na Allianz



JOAO LUIS MARQUES UNIPessoal LDA

Mediador 408273221/3

QTA TROIA ED - O PRESIDENTE - LOJA 36
8500-550 PORTIMAO
Tel: 282498025

jlmseguros@gmail.com

www.allianz.pt

Companhia de Seguros Allianz Portugal, S.A.

Rua Andrade Corvo, 32

1069-014 Lisboa

Telefone +351 213 165 300

Telefax +351 213 165 570

e-mail: info@allianz.pt

Capital Social € 39.545.400

CRC Lisboa 2 977

Pessoa Coletiva 500 069 514



No âmbito da prestação de Serviços Inerentes à
Actividade de Seguros: Ramos Vida, Saúde,
Automóvel, Acidentes de Trabalho, Acidentes
Pessoais, Multiriscos (Habitação, Comércio e
Condomínio), Responsabilidade Civil (Caçadores,
Vida Privada e Foguetes).